



prefeitura de
PORTO ALEGRE

**SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPARÊNCIA E CONTROLADORIA
COMISSÃO MISTA DE REAVALIAÇÃO DE INFORMAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA MUNICIPAL - DTP/SMTC
DECISÃO ADMINISTRATIVA**

Decisão nº 64/ 2021 CMRI

Porto Alegre, 29 de novembro de 2021.

Recurso nº: 004566-21-84

Recorrente: Sigiloso

Órgão Requerido: Secretaria Municipal de Cultura - SMC

Relator: Procuradoria Geral do Município

1. Relatório

1.1 Resumo do pedido original

Trata-se de solicitação de acesso à quantidade de inscritos na categoria TEATRO, de 2010 a 2016, nos editais do FUMPROARTE.

1.2 Razões do órgão/entidade requerida

A entidade requerida disponibilizou, anexa, a planilha de inscritos nos editais do Fumproarte.

Na planilha constam inscritos dos anos de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016.

Nos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 não foram lançados editais do Fumproarte.

O órgão não encontrou dados do ano de 2010.

1.3 Razões do recorrente

O requerente reitera que a solicitação é sobre a quantidade de inscritos na categoria TEATRO, de 2010 a 2016, nos editais do FUMPROARTE.

No entanto, nas planilhas anexadas não é possível saber qual projeto pertence a qual área, pois só está discriminado a área dos projetos CONTEMPLADOS e não dos INSCRITOS como solicitado.

2. Análise de admissibilidade do recurso

O recurso foi interposto tempestivamente, sendo o requerente é parte legítima para solicitar o reexame da matéria.

3. Análise do mérito

A informação solicitada pelo recorrente não se trata de dado pessoal sensível, eis que não se refere à origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político nem dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico.

O requerente requereu exclusiva e especificamente a quantidade de inscritos na categoria TEATRO, de 2010 a 2016, nos editais do FUMPROARTE.

No entanto, o órgão requerido forneceu dados genéricos e inespecíficos, desatendendo o pleito do administrado.

O art. 7º, II, da Lei de Acesso à Informação garante o direito à informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos:

Art. 7º O acesso à informação de que trata esta Lei compreende, entre outros, os direitos de obter:

II - informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos;

Ainda, o art. 8º, §3º, II e III da Lei Federal 12.527/2011 prevê, dentre outros, que os dados devem ser fornecidos por meio de **sistemas externos em formatos abertos**:

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 2º Para cumprimento do disposto no **caput**, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

§ 3º Os sítios de que trata o § 2º deverão, na forma de regulamento, atender, entre outros, aos seguintes requisitos:

III - possibilitar o acesso automatizado por **sistemas externos em formatos abertos**, estruturados e legíveis por máquina;

IV - divulgar em detalhes os formatos utilizados para estruturação da informação;

Por fim, as informações específicas solicitadas não se enquadram nas hipóteses legais de

restrições de acesso à informação previstas no art. 22 e seguintes da Lei 12.527/11:

Art. 22. O disposto nesta Lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça nem as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.

4. Decisão

A Comissão Mista de Reavaliação de Informações, por unanimidade dos presentes, decide por dar provimento ao recurso, determinando a disponibilização da quantidade de inscritos na categoria TEATRO, de 2010 a 2016, nos editais do FUMPROARTE.

5. Providências

À Secretaria-Executiva da CMRI para cientificar o recorrente, da presente Decisão.

De acordo:

Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre - **PROCEMPA**

Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria – **SMTC**

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas

Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio – **SMAP**
Divisão de Gestão Documental

Secretaria Municipal de Governança Local e Coordenação Política - **SMGOV**

Procuradoria Geral do Município – **PGM**

Gabinete do Prefeito - **GP**



Documento assinado eletronicamente por **Luig Almeida Mota, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 00:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Rita de Cássia Reda Eloy, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Camila Lacerda Couto, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Fabiéli Aurelio Irigaray, Técnico Responsável**,



em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Vinicius Andrade da Silveira, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Decio Schwelm Vidal, Servidor Público**, em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Heleno Baptista Franken, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Garcia Brock, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:45, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



Documento assinado eletronicamente por **Simone Vicari Tarasconi, Técnico Responsável**, em 30/11/2021, às 15:46, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **16505794** e o código CRC **24AF9D37**.